



O património edificado 1 da Região Centro e a ação da Direção Regional

A. C. Carvalho | Divisão de Património e Salvaguarda da Direção Regional de Cultura do Centro (DPS-DRCC)

Estendendo-se a região centro desde o litoral atlântico até ao interior mais profundo com uma extensa fronteira com a vizinha Espanha, este território abarca uma quantidade muito significativa e variada de património.

A

cidade de Coimbra, com a classificação pela Unesco da sua Universidade e dos Colégios da rua da Sofia, pode considerar-se o expoente dominante de todo este universo de património que nos é transmitido como um legado de que se tem como missão mais importante cuidar e manter.

O património classificado que se localiza nesta região, construções religiosas e construções civis, encontra-se disperso, quase uniformemente, por todo o território. É possível encontrar castelos e muralhas defensi-

- 1 | Castelo de Montemor-o-Velho.
 2 | Órgão clássico da Igreja de Lorvão.
 3 | Retábulo de São João Baptista, Sé de Viseu.

vas, cuja dispersão geográfica, quantidade e enquadramento histórico permite organizar, pelo menos, em dois grandes grupos: os castelos e muralhas do Mondego e as fortalezas defensivas da raia. De igual modo, ainda como património não religioso, encontramos em todo este extenso território um número elevado de solares e palácios, atestando o empenho e riqueza de uma sociedade que, com dinamismo e saber, aproveitou as características naturais, riqueza e diversidade da região para aqui se instalar.

Associada à importância da vida da urbe, posiciona-se nesta região um conjunto notável de imóveis religiosos. Desde o esplendor das catedrais edificadas nas principais capitais de distrito, até aos mosteiros e conventos que, nalguns casos, procurando afastar-se do bulício urbano, todos procuram territórios calmos e ricos, que permitam uma auto-sustentação. Como complemento e, mostrando igualmente quão diversificado é este território, podem ainda identificar-se testemunhos notáveis da ação criativa do homem na sua adaptação ao meio, pela construção de aldeias com características singulares que, por si só, constituem um legado para o qual se deve olhar com a mesma atitude com que se olha para a mais bela igreja ou catedral.

Desde o começo do século XX que o Estado vem procedendo à classificação destes imóveis e conjuntos. Na região centro encontra-se localizado um elevado número de edifícios com a designação de monumentos com

um grau de classificação nacional, público e municipal. A par destes imóveis isolados, existem importantes conjuntos que se encontram igualmente classificados, atestando, mais uma vez, a diversidade e empenho do homem em valorizar os elementos que cria e em se adaptar ao meio (pois é disto que estamos a falar quando se pretende destacar, pela classificação, aldeias como o Piódão ou Monsanto).

A ação da Direção Regional, seguindo as práticas dos organismos que a antecederam e dos quais emana o seu corpo técnico

(DGEMN, IPPAR, DRC), monitoriza, cuida, recomenda, intervém e acompanha de uma forma rigorosa e exigente as obras que se realizam nestes imóveis. Tem estabelecido como seu principal objetivo, neste domínio, cumprir e fazer cumprir todo o quadro legal e recomendações internacionais sobre como intervir no património. De igual modo assume que as intervenções, quer de sua iniciativa, quer naquelas a que é chamada para fiscalização, se pautam pelo respeito pela integridade e pelo património, tendo como princípio o assumir-se um caráter de reversibilidade e de





4

5

4 | Convento de Santa Maria de Semide.

5 | Igreja de São Pedro, Arganil.



intervenção mínima, quer se trate de ações de conservação e restauro, quer da própria adaptação dos espaços a um uso compatível com a vida atual.

A consistente prática desenvolvida pela equipa técnica deste organismo da administração central – arquitetos, engenheiros, arqueólogos e historiadores – permitiu que se identificasse um conjunto de situações graves no património, que levaram a que em 2012 se avançasse com um plano de obras em imóveis classificados, absorvendo fundos europeus, que ascendeu a cerca de 3 milhões de euros. Como referido, foram intervencionados imóveis sinalizados em situação de risco, sendo a Casa do Passal, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova e a Capela da Vista Alegre bons exemplos.

Espera-se que esta prática tenha continuidade na região centro, pelo que já foi aprovado um mapeamento – que se vai desenvolver em

candidaturas ao quadro comunitário centro 2020 – voltado para a reabilitação do património classificado, que contempla intervenções em mais de 50 imóveis, desde sítios arqueológicos até catedrais e mosteiros. É de salientar que se pode destacar como um dos principais critérios para a seleção destes imóveis o seu estado de conservação e a necessidade de inverter situações de acentuada degradação e risco de ruína.

A par da reabilitação do património classificado que se encontra disperso pelo território, atua também esta direção regional de forma indireta nos homogêneos conjuntos edificados onde estes se inserem, quer com o estudo e definição de zonas especiais de proteção, quer na avaliação das intervenções que aí se realizam. Estas ações desenvolvem-se convocando todos os atores que intervêm nos centros históricos: técnicos das autarquias, técnicos privados e promotores. Os resulta-

dos obtidos permitem afirmar que o trabalho desenvolvido na área da reabilitação urbana dos centros históricos desta extensa região é de qualidade. E também é seguro constatar que se o esforço de requalificação se fica pelo monumento – continuando a envolvente ao sabor de intervenções especulativas ou desrespeitadoras das elementares regras de reabilitação – se perde grande parte das intenções, uma vez que a conservação e reabilitação deve conduzir à revitalização do imóvel e ao chamamento de mais pessoas para a sua fruição/contemplação, que só se sentirão perfeitamente nestes locais se se contar com uma integração urbana em ambiente cuidado.

É este o património da região centro, é esta a nossa prática que, sem fundamentalismos, queremos que assente na preservação do legado patrimonial para entrega às gerações futuras integral e íntegro. ■